FÓRUM – GOVERNO ABERTO: CAMINHOS PARA TRANSPARÊNCIA, DADOS ABERTOS, PARTICIPAÇÃO, COLABORAÇÃO E *ACCOUNTABILITY*

Artigo convidado | DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.92960

GOVERNO ABERTO: CAMINHOS PARA TRANSPARÊNCIA, DADOS ABERTOS, PARTICIPAÇÃO, COLABORAÇÃO E *ACCOUNTABILITY*

Open government: Paths to transparency, open data, participation, collaboration and accountability

Gobierno abierto: Caminos hacia la transparencia, los datos abiertos, la participación, la colaboración y la rendición de cuentas

Gabriela de Brelàz[*1,2,3] | gabriela.brelaz@unifesp.br | ORCID: 0000-0001-9954-5526
Thiago Ferreira Dias[4,5] | thiago.ferreira.dias@ufrn.br | ORCID: 0000-0002-0749-5654
Luiz Filipe Goldfeder Reinecke[6,7] | luiz.reinecke@udesc.br | ORCID: 0000-0001-6108-287X
Alex Bruno F. M. do Nascimento[8] | alex.bruno@professor.ufcg.edu.br | ORCID: 0000-0001-9860-7350
Diana Cruz Rodrigues[9] | diana.cruz@unama.br | ORCID: 0000-0001-6670-8907

*Autora correspondente
[1]Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, São Paulo, SP, Brasil
[2]Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Núcleo de Pesquisa Democracia e Ação Coletiva, São Paulo, SP, Brasil
[3]Universidade Federal de São Paulo, Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU Ciência), Brasil, São Paulo, SP, Brasil
[4]Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Natal, RN, Brasil
[5]Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Divisão Acadêmica de Administração Pública, Maringá, PR, Brasil
[6]Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de Governança Pública, Florianópolis, SC, Brasil
[7]Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Investigação em Governo Aberto e Transparência, Florianópolis, SC, Brasil
[8]Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração, Campina Grande, PB, Brasil
[9]Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Belém, PA, Brasil

RESUMO

Houve avanços nas Administrações Públicas Brasileira após a Constituição Federal de 1988. Dentre as diversas transformações, destaca-se a incorporação da concepção de *accountability* democrática que conduziu a uma lenta e vasta implementação de novas práticas institucionais. Nesse sentido, o conceito de Governo Aberto surge como uma abordagem que integra iniciativas e políticas coordenadas para aperfeiçoar a Administração Pública e sua relação com a sociedade, tornando mais robusta a *accountability* democrática e trazendo consigo a discussão sobre abertura de dados governamentais. Neste texto iniciamos com breve exposição teórica sobre Governo Aberto e seus fundamentos, e posteriormente são apresentados os nove artigos que compõem a edição que estão subdivididos em três grupos: (i) Governo Aberto no Âmbito Nacional (ii) Governo Aberto no Âmbito Local e (iii) Governo Aberto e suas Transversalidade.

Palavras-chave: governo aberto, transparência, participação, accountability, cooperação.

ABSTRACT

Since the 1988 Federal Constitution, there have been advances in Brazilian public administration. Among the various transformations, the incorporation of the concept of democratic accountability stands out, which has led to a slow and vast implementation of new institutional practices. Thus, the concept of Open Government has emerged as an approach that integrates coordinated initiatives and policies to improve the Public Administration and its relationship with society, making democratic accountability more robust and bringing with it the discussion about opening up government data. This text begins with a brief theoretical exposition of Open Government and its foundations. It then presents the nine articles that make up the issue, which are subdivided into three groups: (i) Open Government at the National Level (ii) Open Government at the Local Level, and (iii) Open Government and its Transversality.

Keywords: *open government, transparency, participation, accountability, cooperation.*

RESUMEN

Se han producido avances en la administración pública brasileña desde la Constitución Federal de 1988. Entre las diversas transformaciones, se destaca la incorporación del concepto de accountability democrática, que ha llevado a una lenta y vasta implementación de nuevas prácticas institucionales. En este sentido, el concepto de Gobierno Abierto ha surgido como un enfoque que integra iniciativas y políticas coordinadas para mejorar la administración pública y su relación con la sociedad, fortaleciendo la rendición de cuentas democrática y trayendo consigo la discusión sobre la apertura de los datos gubernamentales. Este texto comienza con una breve exposición teórica sobre Gobierno Abierto y sus fundamentos, para luego presentar los nueve artículos que componen este número, los cuales se subdividen en tres grupos: (i) Gobierno Abierto a Nivel Nacional (ii) Gobierno Abierto a Nivel Local y (iii) Gobierno Abierto y su Transversalidad.

Palabras clave: *gobierno abierto, transparencia, participación, accountability, cooperación.*

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, as relações entre Estado e sociedade passaram por várias transformações socioeconômicas que, por sua vez, impactaram no *modus operandi* das administrações públicas ao redor do mundo. Dentre as diversas transformações, destaca-se a incorporação da concepção de *accountability* democrático que conduziu a uma lenta e vasta implementação de novas práticas institucionais. Mas o que seria *accountability*? Trata-se de conceito multifacetado que envolve o dever do agente público, ou de quem estiver investido da função pública e de suas prerrogativas, de prestar contas dos atos públicos emanados e ser responsabilizado por suas ações, decisões e uso de recursos públicos (Campos 1990; Bovens, 2007; Pinho e Sacramento, 2009; Olsen, 2018).

Essa perspectiva se alinha com as mudanças empreendidas a partir das reformas da Administração Pública, em especial a *New Public Management* e a *New Public Governance*, consideradas reformas do estado ou da gestão pública. Elas tinham como objetivo foco no desempenho organizacional, melhoria da entrega dos serviços públicos e fortalecimento da *accountability* a partir de mecanismos de prestação de contas, essenciais para manter a confiança pública e a melhorar a eficácia da administração pública (Osborne, 2006). Para Pollit e Bouckaert (2017), a reforma da gestão pública refere-se a "tentativas deliberadas de mudar as estruturas, os processos e/ou as culturas das organizações do setor público com o objetivo de fazê-las funcionar melhor, de alguma forma." (p. 2).

Ressalta-se que a concepção da governança pública conduz para que as atividades governamentais ocorram de forma transparente, ética e alinhada com as expectativas do público. Entre as ações voltadas para essa interação estão mecanismos como transparência, controle social, e criação de espaços e políticas públicas institucionalizadas, onde a estratégia de coprodução tem ganhado destaque (Ostrom, 1996; Pestoff, 2006).

Dessa forma, há uma pressão para que os governos abram as "caixas pretas" e compartilhem informações públicas e possibilitem que os cidadãos possam analisá-las para melhor intervenção no espaço público. O cidadão passa a ser compreendido não apenas como um mero cliente, mas como um ator social revestido de direitos civis, políticos e sociais, que podem ser importantes coprodutores das ações públicas (Dias, Garcia, Camilo, 2019).

Nesse sentido, o conceito de Governo Aberto surge como uma abordagem que integra iniciativas e políticas coordenadas para aperfeiçoar a Administração Pública e sua relação com a sociedade.

Ingrams, Piotrowski e Berliner (2020) analisam as ferramentas da política do Governo Aberto no âmbito da Reforma da Gestão Pública, comparando-as com três outras reformas históricas: Administração Pública Ortodoxa ou Tradicional (do início do século XX até 1970/1980), a *New Public Management* (anos 1980 e 1990), a Pós *New Public Management* ou Nova Governança Pública a partir dos anos 2000. O Governo Aberto poderia ser entendido como uma nova onda de reforma da gestão pública a partir de 2010 com ênfase em um governo mais colaborativo e participativo, focado no princípio central da abertura com o objetivo de impactar a eficácia da gestão. Para os autores, a abertura não é uma ideia nova,

mas o que a torna inovadora na abordagem do governo aberto é seu *status* como foco exclusivo da reforma.

As iniciativas de Governo Aberto propõem uma nova cultura administrativa, que valoriza a transparência e o acesso à informação como direitos fundamentais. Além disso, promovem a reutilização de dados públicos, fortalecem a participação cidadã e incentivam espaços colaborativos para cocriação e coprodução de valor público (Ramírez-Alujas, 2012; 2025). Contudo, a efetividade desse modelo depende da disposição dos gestores públicos em enxergar a participação cidadã como algo positivo, o que implica na descentralização e compartilhamento de poder com os cidadãos (Calderón & Lorenzo, 2010).

Por sua vez, a OCDE (2017) enfatiza que a implementação do Governo Aberto requer mudanças culturais e institucionais para fortalecer a confiança entre governo e cidadãos. Segundo essa abordagem, políticas de Governo Aberto devem ser estruturadas com base em um ciclo contínuo de transparência, engajamento cívico e inovação pública.

Noveck (2009) destaca que a abertura governamental não se limita à disponibilização de dados, mas inclui a criação de mecanismos que incentivem a participação ativa da sociedade na formulação de políticas públicas. Dessa forma, o Governo Aberto vai além da transparência tradicional e incorpora a ideia de governança colaborativa, em que diferentes atores contribuem para a tomada de decisão.

Fung, Graham e Weil (2007) corroboram com a visão anterior e argumentam que a abertura governamental deve ser avaliada não apenas pelo acesso à informação, mas também pelo impacto na melhoria da prestação de serviços e no fortalecimento da *accountability*. Assim, o conceito de Governo Aberto evolui para um modelo de governança que busca equilibrar a divulgação de informações com a efetiva participação social, promovendo uma administração pública mais responsiva e eficiente. Assim, o Governo Aberto vai além do uso de ferramentas de dados abertos e governo eletrônico, promovendo uma governança democrática fundamentada na corresponsabilidade social (Calderón & Lorenzo, 2010).

Tai (2021) e Pinho e Sacramento (2019) apontam que, na última década, houve um aumento significativo de estudos acadêmicos sobre o Governo Aberto e suas variantes como dados abertos e inovações abertas no setor público. No entanto, Tai (2021) destaca lacunas relevantes de pesquisa que dificultam uma compreensão mais profunda do fenômeno e o aprimoramento das práticas. Perguntas como a forma de conceituação na literatura, implementação prática, resultados e impactos, bem como do papel de organizações internacionais e possíveis usos oportunistas (Piotrowski, Berliner, Ingrams, 2022), ainda necessitam de respostas mais consistentes.

Outro tema associado a debate e fortalecimento do Governo Aberto trata dos dados abertos governamentais, que se refere à disponibilização de dados de forma acessível, reutilizável e livre de restrições legais ou técnicas, e permite seu uso, redistribuição e integração. Isso garante maior transparência, qualifica a participação cidadã e propicia a colaboração entre governos e sociedade (Zuiderwijk & Janssen, 2014; Gao, Janssen & Zhang, 2023).

No entanto, apesar dos avanços na disponibilização de bases de dados governamentais, desafios persistem na Administração Pública, como a baixa qualidade e padronização dos dados, a resistência organizacional e a falta de infraestrutura tecnológica para garantir a atualização

e acessibilidade das informações (Lourenço, 2015), assim como o baixo uso de dados abertos por parte da sociedade civil e de órgãos e instituições de controle (Angélico, 2023). Logo, é perceptível que a adoção de uma política de dados abertos governamentais envolve um ciclo contínuo de melhorias dos processos organizacionais com a introdução de inovações que diminuam o *gap* entre transparência e efetiva responsabilização e melhorias nos serviços públicos (Park & Gil-Garcia, 2022).

Estudos também apresentam os desafios da difusão e da institucionalização da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership*) no âmbito local (Brelàz, Crantschaninov e Bellix, 2021), na América Latina (Ramírez-Alujas, 2025) e os desafios da transparência e retrocessos democráticos em políticas de governo aberto em casos de governos populistas (Brelàz e Teixeira, 2025).

Meijer (2015) afirma que, para fortalecer a concepção de Governo Aberto por meio dos dados abertos, é essencial que os governos adotem políticas claras sobre a disponibilização de informações, garantindo formatos padronizados e interoperáveis. Também se faz necessária a qualificação de servidores e gestores para fomentar a transparência como um valor importante na cultura organizacional, bem como a promoção de iniciativas que aproximem cidadãos, pesquisadores e empresas da utilização de dados abertos pode estimular a inovação e a criação de soluções para desafios públicos (Janssen et al., 2012; Criado et al., 2021).

Inúmeras são as perspectivas de pesquisa envolvendo Governo Aberto. Embora pesquisas sobre *Open Government Data* tenham avançado significativamente na última década, o campo ainda requer maior profundidade sobre o escopo da participação e *accountability*.

Este número especial da Cadernos de Gestão Pública e Cidadania (CGPC) sobre Governo Aberto: caminhos para Transparência, Dados Abertos, Participação, Colaboração e Accountability representa um marco para a discussão do campo ao integrar temos que no mundo acadêmico são comumente discutidos de forma separada por estudiosos sobre participação da sociedade civil, transparência, combate à corrupção, entre outros. Estes temas se interconectam em práticas e políticas adotadas em cidades, estados, países e instituições dentro do que se denomina Governo Aberto. Trata-se de iniciativas e políticas coordenadas para aprimorar a Administração Pública e sua relação com a sociedade.

Esta edição da *CGPC* conta com editores convidados das cinco regiões do Brasil que pesquisam sobre Governo Aberto e seus temas transversais, compõem grupos de trabalho e sociedades científicas da área. A chamada se mostrou aderente à agenda de pesquisa atual, dado ao fato do elevado número de submissões. A partir das submissões, os artigos passaram pela avaliação de pares e, após decisão editorial, houve a seleção de oito artigos que, em conjunto com o artigo convidado, compuseram nove artigos que são apresentados a seguir. Os artigos aprovados para esta chamada apresentam o atual estado da arte do debate acerca do Governo Aberto, problematizam a temática no Brasil, apontam os avanços e as limitações das práticas de casos brasileiros envolvendo governos nacionais e locais, ministério público, universidades e observatórios de políticas públicas assim como a relação entre governo aberto e educação política. Assim, dividimos em três tipos: (i) Governo Aberto no Âmbito Nacional (ii) Governo Aberto no Âmbito Local e (iii) Governo Aberto e suas Transversalidades.

O artigo do convidado, de Álvaro Ramírez-Alujas, referência no tema, desde os seus primórdios, intitulado ¿Época de *cambios o cambio de época? Gobierno aberto em perspectiva Latinoamericana* analisa a evolução das políticas de governo aberto na América Latina tendo como base os países que fazem parte da *Open Government Partnership* (OGP), ou Parceria para Governo Aberto), destacando a vitalidade da agenda, a adesão aos princípios de abertura institucional, e a mudança cultural no setor público da região. Adicionalmente, apresenta evidências de um movimento em rápida velocidade em direção a uma abordagem de Estado Aberto com os desafios e recomendações para consolidar um modelo de governança pública aberta e inclusiva na região no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O artigo *Governo Aberto no Brasil: Reflexões sobre as relações de poder desveladas pela instrumentação da ação pública* de autoria de Cristina Borges Mariani e Luiz Fernando Macedo Bessa, traz um olhar para a agenda de Governo Aberto dentro da perspectiva da sociologia política tendo como base a dramaturgia social, que analisa como as pessoas se comportam como atores em um palco social, e o referencial teórico da instrumentação da ação pública. Os autores apresentam uma análise da instrumentação da ação pública, mapeiam os arranjos de governança e investigam as relações de poder, tanto implícitas quanto explícitas, que emergem no contexto do Governo Aberto no Brasil.

O artigo *Cocriação e participação social: Análise dos seis planos de ação da parceria para o governo aberto no Brasil (2011-2023)*, de Wagner de Melo Romão, Maira Rodrigues e Lizandra Serafim, discute a centralidade da cocriação dos planos de governo aberto dentro da iniciativa da OGP e fazem uma análise sobre o processo de elaboração dos seis planos de ação do Brasil entre 2011 e 2023. Com a coordenação pela Controladoria-Geral da União, com a participação de diversas organizações da sociedade civil, observou-se a consolidação de um modelo de participação social, com entidades envolvidas na coordenação e realização de oficinas de cocriação. Contudo, no âmbito governamental, há uma concentração de órgãos responsáveis pelos compromissos dos planos, o que pode indicar uma limitação da abrangência da agenda dentro do Governo Federal.

O terceiro artigo sobre Governo Aberto no Âmbito Nacional traz uma análise sobre a recente *Construção da estratégia nacional de governo digital: Participação social e federativa*. Escrito por Tamara Ilinsky Crantschaninov e Clara Souza Guimarães Marques, o artigo analisa o processo inovador de construção da estratégia nacional ao incluir oficinas e consultas entre entes federativos e a sociedade civil, completando que o formato selecionado favorece a construção cooperativa de políticas nacionais. Contudo, concluem que seja sustentado por um sistema de governança colaborativa e de escuta contínua para preservar seu caráter democrático e apontam para a falta de participação do cidadão comum nesse processo de elaboração.

Em temos de Governo Aberto no Âmbito Local, o artigo de Fernanda Nascimento de Lima e Gisele da Silva Craveiro, *Intersecções entre Governo Aberto e Educação Política*, traz uma importante contribuição para o referencial de governo aberto ao investigar a intersecção entre a literatura de governo aberto e educação política, e apresenta um panorama de compromissos de educação política com base nos planos de ação dos governos subnacionais membros da OGP. Os resultados confirmaram a intersecção entre as duas áreas, mas revelaram um baixo

número de ações de educação política na parceria. A aproximação entre as áreas pode fortalecer a agenda de governo aberto, destacando a relevância da educação política para a implementação das ações.

O artigo de João Marcelo Alves Macêdo, Valdecir Becker, Felipe Melo Feliciano de Sá, Edvaldo Vasconcelos da Rocha Filho e Daniel de Queiroz Cavalcanti, *Avaliação de sistemas de governo aberto e de transparência pública nas capitais brasileiras*, aprofunda a usabilidade dos *sites* e portais de transparência, pois a conexão usada e a familiaridade do usuário influenciam essa usabilidade e o ambiente político determina o que será divulgado. Os resultados mostram que, apesar da maioria dos *sites* ser responsiva, é necessário aprimorá-los, pois a ausência de responsividade compromete o governo aberto, e leva à falta de *accountability* dos gestores.

O artigo *Governo Aberto em âmbito municipal: O caso dos observatórios de políticas públicas*, de Heber Silveira Rocha, apresenta como os observatórios de políticas públicas emergiram como uma inovação voltada para o controle social e a otimização de fluxos administrativos e examina os limites e as oportunidades dos observatórios na promoção da transparência, dos dados abertos, da participação e da melhoria da gestão. Usando como caso o Observatório de Políticas de Guarulhos, detalha o seu processo de criação e sua consolidação como um instrumento de governo aberto no período de 2017 a 2023.

Dois artigos foram considerados sobre a temática Governo Aberto e suas Transversalidades. O artigo *Transparência ativa, dados abertos e desempenho acadêmico: Análise das universidades federais brasileiras* de Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro e Marco Antônio Carvalho Teixeira, analisa se há relação de causalidade entre transparência e desempenho nas universidades federais brasileiras. Utilizando métodos como análise exploratória de dados, teste *t* para amostras independentes e regressão linear múltipla, avalia-se se o compromisso institucional com políticas de transparência, medido pela disponibilidade de informações e pela existência de planos de dados abertos (PDA), influencia o desempenho acadêmico dessas instituições. Conclui-se que as instituições com PDAs publicados têm maior taxa de transparência ativa, mas que a relação entre desempenho em transparência e desempenho acadêmico é limitada.

O artigo de Carlos Anderson Corrêa Silva, Darlene Ferreira de Matos Couto, Rose Anne Campelo do Nascimento e Tamara Lima Martins Faria, intitulado *Transparência no Ministério Público do Estado do Pará: Contornos e avanços na garantia de direitos*, analisa a adequação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) às normas de transparência e acesso à informação exigidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) dentro da ótica da governança pública e dos princípios de transparência e *accountability*. A análise do Portal da Transparência do MPPA e dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) indicou avanços na adequação da transparência. Os autores reforçam que o papel da transparência pública, além da conformidade legal, é ser um instrumento de cidadania e satisfação do cidadão.

Observamos um fortalecimento do campo de pesquisa em Transparência, Dados Abertos, Participação, e *Accountability* e de iniciativas e políticas coordenadas de Governo Aberto como um caminho para o fortalecimento da democracia ao permitir que governos melhorem seus mecanismos de *accountability* e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, além de incentivar a participação dos cidadãos nas decisões. Com dados abertos acessíveis, a população

pode exercer seu papel de controle social, enquanto as instituições de supervisão conseguem monitorar as atividades governamentais de forma mais eficiente, o que pode reduzir a corrupção e promover a integridade e práticas mais eficientes, eficazes e efetivas no setor público.

A cada autor(a) que participou desta chamada, agradecemos por contribuir com esta edição sobre Governo Aberto!

Desejamos uma excelente leitura a todos.

REFERÊNCIAS

Angélico, F. (2023). *Open government data as an anticorruption intervention in global cities: do local-level accountability actors actually use data?*. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas e Universidade de Lugano.

Bovens, M. (2007). Analyzing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework. *European Law Journal*, *13*, 447-468. https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x

Brelàz, G. de; Teixeira, M. A.C. (2025). Open Government? Democracy and Transparency Backsliding in Latin America's Populist Governments. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, *27*(2).

Brelàz, G. de; Crantschaninov, T. ; Bellix, L. (2021). Open Government Partnership in São Paulo city and the São Paulo Aberta Programme: challenges in the diffusion and institutionalization of a global policy. *Cadernos Ebape.BR (FGV)*, *19*, 123-137. https://doi.org/10.1590/1679-395120200023x

Calderón, C., & Lorenzo, S. (2010). *Open government*. Editora Algon Editores/MMX.

Campos, Anna Maria. (1990). Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 24 (2), 30-50. https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9049

Criado, J. I., Ruvalcaba-Gomez, E. A., & Gil-Garcia, J. R. (2021). Building Digital Government through Open Government: A Critical Review and a Research Agenda. *Public Performance & Management Review*, *44*(2), 323-351.

Dias, T. F.; Garcia, A. B. G.; Camilo, N. (2019). Um olhar sobre o governo aberto no nível subnacional. *GIGAPP Estudios Working Papers*, *6*(111-115), 83-100. https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/135

Fung, A., Graham, M., & Weil, D. (2007). *Full disclosure: The perils and promise of transparency*. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9780521699617

Gao, Y., Janssen, M., & Zhang, C. (2023). Understanding the evolution of open government data research: towards open data sustainability and smartness. *International Review of Administrative Sciences*, *89*(1), 59-75. https://doi.org/10.1177/00208523211009955

Ingrams, A., Piotrowski, S., & Berliner, D. (2020). Learning from our mistakes: Public management reform and the hope of open government. *Perspectives on Public Management and Governance*, *3*(4), 257–272. https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvaa001

Janssen, M., Charalabidis, Y., & Zuiderwijk, A. (2012). Benefits, Adoption Barriers and Myths of Open Data and Open Government. *Information Systems Management, 29*(4), 258-268. https://doi.org/10.1080/10580530.2012.716740

Lourenço, R. P. (2015). An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. *Government Information Quarterly*, *32*(3), 323-332. https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.05.006

Meijer, A. J., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). Open government: Connecting vision and voice. *International Review of Administrative Sciences*, *78*(1), 10-29. https://doi.org/10.1177/0020852311429533

Meijer, A. J. (2015). Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands. *International Journal of Public Administration*, *38*(3), 189-199. https://doi.org/10.1080/01900692.2014.934837

Noveck, B. S. (2009). *Wiki government: How technology can make government better, democracy stronger, and citizens more powerful*. Brookings Institution Press.

Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. *World Development*, *24*, 1073-1087. https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X

Pestoff, V. (2006). Citizens and co-production of welfare services. *Public Management Review*, *8*, 503- 519. https://doi.org/10.1080/14719030601022882

OCDE. (2017). *OECD Digital Government Studies: Open Government: The Global Context and the Way Forward*. OECD Publishing.

Olsen, Johan P.. (2018). *Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia*. Tradução: Eliane Rio Branco. Brasília: Enap.

Osborne, S. P. (2006). The new public governance. *Public Management Review*, 8, 377-387.

https://doi.org/10.1080/14719030600853022

Park, S.; Gil-Garcia, J. R. (2022). Open data innovation: Visualizations and process redesign as a way to bridge the transparency-accountability gap. *Government Information Quarterly*, 39. https://doi.org/10.1016/j.giq.2020.101456

Pinho, J. A. G. de; Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Rev. Adm. Pública*, *43*(6).https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006

Piotrowski, S., Berliner, D., & Ingrams, A. (2022). *The power of partnership in open government: Reconsidering multistakeholder governance reform (information policy)*. The MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/13984.001.0001

Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2017). *Public management reform: A comparative analysis – Into the age of austerity* (4th ed.). Oxford University Press.

Ramírez-Alujas, Á.. (2025). *¿Época de* cambios o cambio de época? Gobierno aberto em perspectiva Latinoamericana. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, 30*. e92695 https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.92695

Ramírez-Alujas, Á. (2012). Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta? *Revista Más Poder Local*, *12*(Especial Redes Sociales y Gobernanza), 14-22.

Tai, K.-T. (2021). Open government research over a decade: A systematic review. *Government Information Quarterly*, 38(2), 1-15. https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101566

Zuiderwijk, A. and Janssen, M. (2014). Open Data Policies, Their Implementation and Impact: A Framework for Comparison. *Government Information Quarterly*, *31*, 17-29. https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.04.003

CONFLITOS DE INTERESSE

Os/as autores/as não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Gabriela de Brelàz: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Thiago Ferreira Dias: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – revisão e edição.

Alex Bruno F. M. do Nascimento: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – revisão e edição.

Diana Cruz Rodrigues: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – revisão e edição.